



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2024-2034 (PL 2614/24)**

PROJETO DE LEI Nº 2.614, DE 2024

Aprova o Plano Nacional de Educação
para o decênio 2024-2034.

EMENDA ADITIVA Nº _____, DE 2025

No Artigo 3º do Projeto, acrescente-se o seguinte inciso:

“XI - a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, reconhecendo a diversidade étnico-cultural na formação educacional e o respeito aos saberes dos povos originários e quilombolas”

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão dos incisos XI no Artigo 3º do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034 visa garantir que a diversidade étnico-cultural do Brasil seja efetivamente contemplada nas políticas educacionais, em consonância com o compromisso constitucional de promoção da igualdade e da diversidade.

A obrigatoriedade da abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas matrizes curriculares atende ao disposto na Lei nº 10.639/2003 e na Lei nº 11.645/2008, que já estabelecem essa temática, mas que ainda enfrentam desafios na implementação, especialmente em comunidades tradicionais.



Apresentação: 16/05/2025 18:23:46.440 - PL2614/24
EMC 1202/2025 PL261424 => PL 2614/2024
EMC n.1202/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

O reconhecimento formal desse conteúdo no PNE fortalece a importância da educação para o respeito à diversidade étnico-cultural e para a desconstrução do racismo estrutural. Além disso, o inciso assegura que o PNE contemple as necessidades específicas das populações do campo, indígenas e quilombolas, garantindo a equidade educacional. Essas comunidades enfrentam barreiras históricas no acesso à educação de qualidade, muitas vezes alheia às suas realidades socioculturais.

A inserção desse dispositivo no PNE promove a construção de um modelo educacional inclusivo, respeitando a diversidade e garantindo que as políticas educacionais sejam adequadas às especificidades desses grupos.

A proposta, portanto, visa consolidar um arcabouço normativo que reconhece e valoriza a diversidade cultural brasileira, alinhando-se às diretrizes constitucionais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em defesa dos direitos humanos e da inclusão social.

Sala da Comissão, em de de 2025.

CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)

DEPUTADA FEDERAL

